

ARQUITETURA, ESPAÇO E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE O RACISMO AMBIENTAL E A DISCRIMINAÇÃO VIVENCIADOS NO PORTO DO CAPIM EM JOÃO PESSOA

João Paulo da Silva (1); Herbet Candeia Rodrigues (2); José Herculano (3); Katilly Joyce Paulino de Medeiros (4); Marcos Michael Gonçalves Ferreira (5).

- (1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, joao.silva@ifpb.edu.br;
(2) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, herbertcandeia3@gmail.com;
(3) Faculdades Integradas de Patos, arquiteturamm@yahoo.com.br;
(4) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, herculanofilho@yahoo.com.br;
(5) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, katillyp@gmail.com;
(6) Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR, pedroenrriquesp@hotmail.com.

Resumo

A Comunidade Porto do Capim, localizada às margens do Rio Sanhauá, é berço da capital João Pessoa e constitui-se, atualmente, de um cenário de vulnerabilidade social onde falta tudo, desde direitos básicos como saneamento até a liberdade de opinar sobre decisões que alteram o modo de viver dos próprios moradores do Porto. Com o objetivo de agir sobre o espaço em que vivem e de lutar por cidadania, combatendo o chamado Racismo Ambiental, os habitantes do Porto do Capim vêm trabalhando diariamente em iniciativas comunitárias como o Ponto de Cultura Comunitário e a Associação de Moradores do Porto do Capim, estas que buscam a inclusão, a participação, a harmonização com o ambiente e a conquista de direitos básicos negados ao longo dos mais de 70 anos que constituem a trajetória da Comunidade no estado da Paraíba.

Palavras-chave: Etnografia; Racismo Ambiental; Comunidades; Porto do Capim; João Pessoa.

Introdução

Imagine que você e toda a sua família nasceram e foram criados durante toda as suas vidas em um lugar. É de se acreditar que esse local carrega consigo parcelas de toda a história que constituem você e seus familiares: são pequenos fragmentos que ajudaram a constituir o que vocês são hoje e que possuem certo apreço sentimental. Suponha que um dia você acorda e se vê inserido numa situação em que a sua família inteira é obrigada a compactuar com decisões que tiram vocês de suas casas com desculpas baseadas em questões que não condizem com a realidade de harmonização ambiental com o pretexto de construir,

incoerentemente, onde era a sua casa, uma grande edificação de concreto voltada ao turismo de massa e ao lucro de grandes empresas. O que você faria? Se renderia à situação e abandonaria todas as suas origens ou lutaria para reivindicar seus direitos frente aos idealizadores do projeto? E se você não tivesse nem poder nem voz para sequer questionar essa decisão?

A situação descrita anteriormente faz parte de um exercício de empatia e integra uma realidade que não se resume apenas ao mundo das ideias e, infelizmente, constitui parte da vida de pessoas reais, como a dos moradores pertencentes ao Porto do Capim que, ao se depararem com situações como a descrita, vêem seus cotidianos modificados para atender expectativas que visam somente o lucro e que culminam no desmembramento de aspectos culturais e étnicos, baseadas em argumentos com premissas que condenam injustamente aspectos ambientais e de harmonização ambiental desenvolvidos no local. Como contraponto, a população, vítima de discriminação em vertentes étnicas, sócio-ambientais, a do Porto do Capim, inserida na realidade de desapropriação de seu território, vem resistindo e procurando dar legitimidade aos movimentos que a constituem, com o objetivo de burlar estratégias que buscam desmerecê-la e marginalizá-la.

Metodologia

Para a construção desse artigo foi utilizado do artifício do trabalho etnográfico, onde os alunos do NUPEDI/CNPq, grupo de Extensão e Pesquisa situado no Campus Patos do Instituto Federal da Paraíba, participaram de uma vivência etnográfica na Comunidade Porto do Capim, localizada em João Pessoa. Por meio dessa experiência, os alunos foram capazes de observar as injustiças ambientais e sociais impostas aos moradores da comunidade, onde estes últimos vêm sendo alvo de ideais de grandes empresas que buscam reestruturar toda a área local para inserir projetos que visam o lucro. Com isso, os alunos puderam perceber como essas pessoas vêm desenvolvendo iniciativas de combate a todo o processo denominado por Tania Pacheco (2008) de Racismo ambiental.

Ainda, as diversas experiências dos habitantes do Sanhauá utilizadas foram arquivadas através de gravações de voz feitas por celulares que, posteriormente, foram transcritas. É importante deixar claro que tais gravações foram exclusivamente autorizadas por seus locutores. As fotografias aqui aplicadas para ilustrar os processos de combate ao Racismo

Ambiental desenvolvido pelos residentes foram feitas pelas câmeras dos celulares dos alunos, pela câmera fornecida pelo IFPB e pela página oficial pertencente ao movimento “Porto do Capim em Ação”, esta estando disponível no endereço “www.facebook.com”.

Resultados e Discussão

Às margens do Rio Sanhauá, no estado da Paraíba, nasceu a Comunidade de nome Porto do Capim, local este que deu origem a toda grande cidade de João Pessoa. A região, antes, por abrigar um comércio produtivo e a distribuição de mercadorias, pelo advento da utilização do Porto localizado no rio, era altamente valorizada. No entanto, com a concretização da construção do Porto de Cabedelo, em 1935, a região do Sanhauá perdeu sua importância e foi completamente abandonada. As distribuidoras, as pessoas... o Porto era uma localidade fantasma: desativado, sem uso e com uma conseqüente devastação causada pelos anos de exploração e descaso com o ambiente que atingiu o mangue que cerca o local. Nesse contexto, em uma das conversas proporcionadas com os moradores do Porto do Capim, uma integrante do movimento Comunitário Porto do Capim em Ação, diz que, nesse cenário de deserção, os atuais moradores (que na época eram trabalhadores que não tinham condições de adquirir educação, feirantes, pescadores, e que eram, em sua maioria, afrodescendentes) viram nessa área a oportunidade de estabelecer um lugar residência: foi a partir deste momento que eles começaram a habitar a região do Sanhauá e a construir história em seu chão.

A Comunidade Porto do Capim, hoje, é de extrema importância para a história da cidade de João Pessoa e do estado da Paraíba e integra parte do Centro Histórico em seus arredores, lugar este que tem grande potencial turístico. Apesar de tudo, esta é vista com maus olhos pelo resto da população como um local de risco, marginalizado, onde a violência tem forte presença, fatores sociais estes que acabam gerando, de um certo modo, medo entre a população de adentrar e conhecer a região. Infelizmente, esta é a ideia de medo que as entidades detentoras dos meios de produção querem vender sobre a região, onde a reputação do Porto, por assim dizer, é incentivada, muitas vezes, até pela própria Prefeitura Municipal de João Pessoa que busca, com a ajuda de grandes empresas, o apoio da opinião popular para que seja implantado na região da Comunidade um projeto de turismo de massa. A Prefeitura, inclusive, para concretizar seus objetivos, vem tomando vantagem da situação de risco do

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

Porto e há mais de duas décadas vem tentando remover a Comunidade do local. É importante deixar claro que, aqui, remover significa apagar de vez, demolir.

Contextualizando, Tania Pacheco (2008) intitula de Racismo Ambiental às injustiças ambientais que são impostas sobre etnias e populações de risco social como comunidades indígenas, quilombolas, de pequenos agricultores, ribeirinhas e etc., onde essas injustiças não se configuram apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. O racismo ambiental pode ocorrer na área urbana, por meio de práticas degradantes ao meio ambiente, na maior partes das vezes em comunidades pobres onde a maioria de seus moradores não têm acesso à cultura, educação e lazer. É comum ver o governo passando a imagem de que nessas comunidades o índice de violência é gritante, mas esquecem de mencionar que essa violência só ocorre por conta da violação de direitos, advinda de um passado histórico marcado pela luta, negados até nos dias de hoje. Aplicando a sua fala à situação vivenciada no Porto do Capim, pode-se perceber que a Comunidade vem sendo, sim, vítima de Racismo Ambiental, uma vez que as propostas da Prefeitura revelam um caráter racista quando mostram que o projeto apresentado busca “realocar” todos os moradores da região do Porto para diferentes áreas da cidade com argumentos justificados na devastação do mangue por parte dos residentes na localidade, para que, então, seja construído um imenso ponto turístico com estrutura para grandes shows, eventos, quiosques, restaurantes e até mesmo passeios náuticos.

Inicialmente, os planos desenvolvidos pela Prefeitura foram realizados às escuras, sem a participação dos moradores do Porto do Capim, onde, em prática, estes, sendo os mais afetados, deveriam ter o direito de maior envolvimento nas decisões referentes às mudanças planejadas na Comunidade, no entanto, vê-se que não foi isso que aconteceu. Comprova-se até a existência de uma maquete que ficava no Hotel Globo, lugar este que se localiza ao lado da Comunidade, no Centro Histórico da cidade de João Pessoa, e que marca um ponto de segregação social entre o que é “marginalizado” e o que não é, entre o que é o centro e o que é o subúrbio, que revela o caráter atribuído ao Porto do Capim, uma vez que Afranio Silva, et. al. (2016) revelam que discriminação, em sua essência, constitui-se da negação à igualdade de tratamento evidenciada em ações concretas e excludentes, que são efetuadas pela negação de agentes diversos, como indivíduos, grupos e instituições. As diferentes formas de preconceito

que coexistem na sociedade podem levar às práticas de discriminação, onde estas podem se caracterizar sendo socioeconômicas, religiosas, étnicas e até relacionadas à nacionalidade. Discriminar, em síntese, é estabelecer algum tipo de distinção a um determinado grupo que pode levá-lo à marginalização ou à exclusão, à estigmatização ou ao isolamento social.

Ainda, as ações da Prefeitura de João Pessoa são exemplificadas na fala de Pacheco (2008), quando esta cita Racismo Ambiental e diz que o cenário de desigualdades sociais que se vivencia hoje não se construiu por mero acaso, uma vez que este é fruto dos longos séculos de segregação e da forma objetificada que a humanidade é vista no mundo capitalista: uns, a serem usados a serviço do lucro; outros, considerados supérfluos, a serem simplesmente descartados. Ambos ou somem das estatísticas a partir de causas “naturais” decorrentes da desnutrição ou de doenças causadas pela miséria absoluta ou são expulsos de seus lares para que megaprojetos se estabeleçam e ocupem e arrasem o território para que se “implante empregos, progresso, desenvolvimento sustentável e cidadania”.

PAC CENTRO HISTÓRICO



Figura 1: Modelo do projeto elaborado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa que visa a implantação de um turismo de massa na região que hoje se localiza a Comunidade Porto do Capim. Fonte: Porto do Capim em Ação.

Com o objetivo de tentar entender os planos da Prefeitura, surgiu, em 2013, o primeiro movimento Comunitário na localidade das margens do Sanhauá, o Porto do Capim em Ação. O movimento tinha objetiva unir os moradores e trazer uma maior participação da Comunidade, fortalecendo-a, fosse através de projetos culturais como as Garças do Sanhauá, fosse por meio de protestos comunitários em locais de grande circulação urbana na cidade de João Pessoa.



Figura 2: Intervenção “Pare, Olhe, Escute e Viva o Porto”, localizada na linha do trem, lugar onde transita cerca de cerca de 80% dos carros populares de João Pessoa. Fonte: Porto do Capim em Ação.



Figura 3: Reunião realizada com os moradores do Porto do Capim.

O Porto do Capim em Ação teve ao mesmo tempo apoio de todos os lados e ao mesmo tempo não teve, sendo que muitos dos cidadãos participaram efetivamente mas também

muitos deles não deram sequer ouvidos; todavia, houve reuniões grande cooperação de projetos como o Varadouro Cultural e de equipes de universidades do estado da Paraíba nas áreas de Arquitetura, Antropologia, Cultura, Direito e Serviço Social. O movimento ganhou força e foi, então, realizada, depois de muita insistência e manifestações pacíficas, uma reunião com membros do projeto de revitalização da Comunidade que a prefeitura pretendia executar com o objetivo de apresentar as propostas aos moradores. No encontro, dois projetos alternativos, sendo um de uma equipe que trabalha no IPHAN e outro de alunos do curso de Arquitetura da UFPB, foram exibidos, e os moradores que participaram da reunião chegaram à conclusão de que era preciso que a prefeitura conhecesse e analisasse os dois projetos pensados para a comunidade, que tratavam dos moradores de forma mais humana, mantendo-os em seus espaços de moradia e convivência comunitária, preservando o meio ambiente e trazendo a possibilidade de turismo comunitário, dentro do conceito de cidade sustentável e desenvolvimento sustentável, este último que é especificado por Pedro Jacobi (2002) como uma possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades.

O movimento do Porto, já com visibilidade, conseguiu que um dos órgãos parceiros do projeto concluiu um relatório de violações à comunidade e encaminhou-o para o Ministério Público Federal (MPF) e foi a partir desse momento que a prefeitura começou a ouvir o Porto. Atualmente, a comunidade se encontra em um processo de negociação com os órgãos públicos da cidade de João Pessoa e, mesmo esta não sendo uma tarefa fácil, ela encontra-se em movimento e traz esperanças aos moradores de possuir dignidade e direitos à região, obedecendo à Constituição Federal, no documento jurídico-político que limita o poder estatal e o regulamenta, onde é disposto que, no art. 225, da CF/88, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Conclusões

O racismo ambiental como um conjunto de práticas degradantes ao meio ambiente em comunidades ou locais, tanto urbanos quanto rurais, com fortes índices de pobreza, marginalização e segregação racial, se faz cada vez mais presente em diversos cenários da

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

sociedade atual. Órgãos governamentais e entidades de grande influência são comumente encontrados em situações de compactuação com ideias e atitudes que visam modificar o ambiente dessas localidades, se escorando em argumentos, na maioria das vezes, de forma mascarada, que apresentam as más características citadas anteriormente como justificativa de suas ações.

Nesses casos, resistir é mais do que necessário, é essencial, e isso é muito bem ilustrado na história do Porto, uma comunidade que vem, incansavelmente, combatendo a discriminação, o preconceito e as injustiças socioambientais sobre ela impostas. Este trabalho teve como objetivo externalizar como a comunidade vêm trabalhando de forma metodológica para reagir a todos esses problemas que os cercam. Espera-se que, a partir disso, a grande luta dos habitantes do Porto do Capim contra a discriminação e o chamado Racismo Ambiental e em todas as dimensões que os abrangem ganhe mais visibilidade na sociedade, fazendo com que, desta maneira, as pessoas criem uma consciência crítica sobre as práticas ambientais, não apenas no âmbito físico, do espaço, mas também no social.

Referências

ACSELRAD, Henri et al. **O Que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009;

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999;

FEITOSA, Adriano Brito. **Ética ambiental e o caput do artigo 225 da Constituição Federal do Brasil**. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/58568/etica-ambiental-e-o-caput-do-artigo-225-da-constituicao-federal-do-brasil/2>. Acesso em 29 de maio de 2018;

HERCULANO, Selene. **O clamor por Justiça Ambiental e contra o Racismo Ambiental**. Disponível em <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em 29 de maio de 2018;

JACOBI, Pedro. **“Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade”**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>. Acesso 29 em maio de 2018;

PACHECO, Tania. **Racismo Ambiental urbano: a violência da desigualdade e do preconceito**. Disponível em:

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

<<https://acervo.racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-urbano/>>. Acesso em: 29 de abril de 2018;

PACHECO, Tania. **Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania.** Disponível em:

<<https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania-2/>>. Acesso em: 29 de abril de 2018;

PACHECO, Tania. **“Inequality, Environmental Injustice, and Racism in Brazil: Beyond the Question of Colour”**. In: Development in Practice, vol.18(6), 2008;

SILVA, Afrânio, et al. **Sociologia em Movimento**. São Paulo: Moderna, 2016.